

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.842 - SP (2019/0299856-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : RAUL DUARTE DE SOUSA  
**ADVOGADO** : BÁRBARA APARECIDA DE LIMA BALDASSO FERRAZ -  
SP302834  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **RAUL DUARTE DE SOUSA**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o recorrente foi preso, em flagrante, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva no dia 15/6/2019, como forma de garantia da ordem pública (e-STJ, fls. 26-28).

Neste recurso, a defesa alega que a prisão cautelar é arbitrária e sem fundamento, porquanto não estão presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Assevera que "o recorrente não foi encontrado com sequer 0,1 grama de drogas. Todos os entorpecentes foram apreendidos com o corréu Eduardo." (e-STJ, fl. 70)

Aduz que "Além de os entorpecentes terem sido encontrados no bolso do corréu, somado aos demais documentos de que o recorrente possui trabalho lícito, recebe aluguel e benefício do INSS, há provas suficientes de que o recorrente nada tem a ver com os delitos descritos na denúncia, os quais são os motivos da manutenção da prisão." (e-STJ, fl. 71)

Sustenta que "o recorrente preenche todos os requisitos contidos na Lei Penal para responder ao processo em liberdade, porquanto possui residência fixa, ocupação lícita como vendedor de tênis e roupa, possui família, com a guarda de seu filho menor, e se compromete a comparecer a todos os atos processuais." (e-STJ, fl. 71)

Requer, assim, seja revogada a prisão preventiva do recorrente.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 96-98).

**É o relatório**

Decido.

Quanto à alegada falta de motivação válida para a custódia provisória, não assiste razão à defesa.

O Juiz de primeiro grau consignou o seguinte:

"Imputa-se aos indiciados a prática do crime de tráfico, por eles cometido, em tese, nas circunstâncias de tempo e local mencionadas no auto de prisão em flagrante. Vale lembrar que a infração penal tem grande insurgência neste Litoral Norte Paulista e trata-se de delito que se assemelhada a crime hediondo.

O indício de prova da materialidade delitiva vem comprovado pelo

auto de constatação provisória acostado aos autos (art. 50, §1º da Lei de Drogas). Da mesma forma, há indícios suficientes de autoria pelo quanto colhido no caderno investigativo, mostrando-se envolvimento dos indiciados com a mercancia espúria.

Consta dos autos que **ao serem abordados em patrulhamento policial, no bolso da bermuda de Eduardo, que conduzia o veículo, foram encontrados 47 ependorfs e 04 porções embaladas a vácuo de cocaína em embalagens próprias para comercialização, além de R\$ 445,00 em dinheiro trocado. Na posse de Raul foram encontrados R\$ 904,00 também em dinheiro trocado.** A tal crime a lei impõe pena superior a quatro anos, sendo permitida a prisão preventiva (artigo 313, I, do CPP). Vale ressaltar que ainda deve-se apurar eventual associação para o tráfico.

**As circunstâncias em que foram os acusados abordados, bem como a considerável quantidade de droga e a maneira de acondicionamento, própria para comércio, indica que os indiciados faziam o tráfico de drogas, de modo que se colocados em liberdade, a ordem pública ficará ameaçada.**

Também é sabido que o tráfico de drogas é propulsor de outros tantos delitos, e traz extremo desassossego na comunidade.

Presentes, portanto, os fundamentos ensejadores da custódia cautelar, nos termos do art. 312, caput, do CPP.

Com efeito, a prisão cautelar tem por escopo impedir que o agente, solto, continue a delinquir, além de acautelar o meio social, garantindo a credibilidade da justiça, em crimes como o presente, que provocam um sentimento de receio na população, assustada com o intenso comércio de drogas.

Desde que a permanência dos indiciados em liberdade possa dar motivo à repercussão danosa no meio social ou comprometer a colheita da prova, cabe ao Juiz, preventivamente, manter a custódia como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança. Nesse sentido, **consta dos autos que o indiciado Raul possui outras passagens policiais.** Ainda, no decorrer da investigação, deve-se apurar eventual associação para o tráfico, já que Eduardo trazia consigo as drogas. Assim, deve-se resguardar a ordem pública nos termos do artigo 312, do CPP.

É, então, caso de converter-se a prisão em flagrante em prisão preventiva (art. 310, II, do CPP), eis que sua segregação se apresenta necessária.

[...]

De acordo com o art. 283, §6º, do CPP, com redação determinada pela Lei nº 12.403/11, o juiz somente decretará a prisão preventiva nas hipóteses dos arts. 312 e 313 do mesmo Diploma Legal, analisados em conjunto, quando as medidas cautelares arroladas no art. 319 deste Código, adotadas de forma isolada ou cumulada, se revelarem inadequadas ou insuficientes. É este o caso dos autos por tudo que acima foi narrado.

Posto isto, com fundamento no art. 310, II, do Código de Processo Penal, CONVERTO a prisão flagrancial de EDUARDO WASSER

NETO e RAUL DUARTE DE SOUSA , qualificado nos autos, em prisão preventiva, vedando-lhes a substituição por outra medida cautelar (art. 319), pelas razões acima alvitradas." (e-STJ, fls. 27-28; sem grifos no original)

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a custódia preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a prisão preventiva está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a reiterada conduta delitiva do agente, bem como a quantidade de drogas apreendidas (47 invólucros plásticos, contendo 63,3g de cocaína, e 4 papелotes de cocaína, contendo 5,2g).

Conforme posto no decreto prisional, o recorrente "possui outras passagens policiais".

Com efeito, "A persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DENEGADA A ORDEM.*

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não seja elevada a quantidade de droga apreendida, são idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, por evidenciarem o risco de reiteração delitiva, visto que, cerca de trinta dias após haver sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, o acusado foi novamente preso em flagrante, pela suposta prática de delito de mesma natureza, e já registra condenação criminal na ação penal relativa a tais fatos, circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Denegada a ordem."

# Superior Tribunal de Justiça

(HC 511.692/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019)

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do recorrente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017.

Por fim, a tese de negativa de autoria, sob o argumento de que as drogas apreendidas não pertencem ao recorrente, não foi objeto de julgamento pela Corte de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância, consoante pacífico entendimento desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. VARIEDADE, NATUREZA E NÚMERO DE PORÇÕES DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS APREENDIDAS. GRAVIDADE. POTENCIALIDADE LESIVA DA INFRAÇÃO. PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO EM PARTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça do aventado excesso de prazo na formação da culpa, tendo em vista que tal questão não foi analisada no aresto combatido.

[...]

5. Recurso ordinário em parte conhecido e nessa extensão improvido." (RHC 66.827/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 24/02/2016).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator